



I FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA OS POVOS INDÍGENAS FOPPELIN

Tema: “Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas”: direito e compromisso de todos consolidar avanços e enfrentar desafios

PROPOSTA CONSOLIDADA PELO GRUPO DE TRABALHO

EIXO TEMÁTICO 1: “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Sustentável”

Iniciativas/ações propostas

1. Ampliar ações que contemplem saneamento básico, quadras esportivas, centros culturais, estradas, transportes, comunicação e internet;
2. Incentivar pesquisas para compreensão dos significados das culturas dos povos indígenas e difundi-las em escolas e demais espaços, conforme a Lei 11.645/2008;
3. Trazer o debate para dentro das escolas indígenas, articulando questões dos jogos realizados pelas Secretarias de Esporte para trabalhar as especificidades de cada etnia;
4. Criar conselhos dentro das comunidades para gerenciar os recursos e assegurar a implementação dos programas por organizações próprias (associações, ong's) e fortalecer as existentes na captação de recursos sem dependerem dos governos e/ou serviços de terceiros;
5. Levar para a CNPI e para a Conferência de Educação Indígena as sugestões desse Fórum;
6. Fomentar a participação de indígenas deficientes em eventos das causas indígenas;
7. Realizar Conferência Nacional de Esporte e Lazer para as Comunidades Indígenas, que esta ideia seja lançada nos Jogos Mundiais Indígenas;
8. Realizar fóruns locais, municipais, estaduais e regionais com a participação de jovens, anciões, lideranças, mulheres e entidades organizadas (Ong's, associações) para a formulação de políticas de esporte no tempo e espaço de lazer;
9. Capacitar a comunidade indígena de forma continuada para qualificar a implementação dos

projetos nas aldeias, com vistas a fortalecer os costumes e as tradições das etnias;

10. Buscar caminhos alternativos que não necessariamente passem pela linha município – estado – governo federal, que facilite o acesso e promovam a superação das dificuldades de implantação de parcerias junto aos povos indígenas;
11. Viabilizar alternativas para contratação de indígenas com vistas a multiplicar junto a sua comunidade os conhecimentos adquiridos em formações realizadas fora da aldeia;
12. Instalar Academias de Saúde próximo das Escolas Indígenas;
13. Apoiar a confecção e disponibilizar espaços para exposição e venda de artesanatos;
14. Destinar vagas para os indígenas nos programas esportivos ofertados pelo poder público por exemplo, no âmbito do “Programa Segundo Tempo” - PST Indígena;
15. Incluir lideranças indígenas nos projetos esportivos para orientar as formas e regras de jogos indígenas e nas comunidades;
16. Fazer intercâmbio com outros povos a fim de conhecer novos esportes;
17. Criar secretaria e/ou departamento específico para o esporte indígena, que facilite a destinação e o acompanhamento dos recursos, ações e atividades a exemplo da SESAI;
18. Estabelecer ações (exemplo – cuidar da terra, sementes) entre indígenas e não indígenas para que esse último grupo possa compreender o modo de vida e os saberes dos indígenas;
19. Mobilizar parcerias intersetoriais para desenvolver ações de esporte e lazer;
20. Ampliar as parcerias das organizações indígenas com as instituições estaduais e federais de ensino (universidades e Institutos Federais);
21. Criar câmaras técnicas com os profissionais que já existem nas aldeias;
22. Assegurar um conselho de líderes *in loco* para trabalhar as questões da política de esporte dentro das aldeias;
23. Inserir a representação de organização indígena de base como membro do Conselho Nacional de Esporte;
24. Organizar espaços de debates em parcerias com universidades para evitar os interesses políticos partidários;
25. Elaborar projetos de revitalização dos conhecimentos culturais e tradicionais do povo indígena;

26. Incluir os indígenas como representantes das ações/programas desenvolvidos nos três níveis governamentais;
27. Ampliar o Programa Segundo Tempo - PST nas escolas indígenas;
28. Adaptar as diretrizes dos programas existentes no Ministério do Esporte e/ou criar programas específicos que fortaleça e valorize a identidade cultural dos povos indígenas; e
29. Ampliar a colaboração da FUNAI na mediação com os municípios e estados que têm dificuldade com os gestores.

EIXO TEMÁTICO 2: “Esporte, Lazer, Cultura e Território”

Iniciativas/ações propostas

1. Garantir a demarcação, homologação e desintrusão das terras indígenas;
2. Incentivar as práticas corporais indígenas a partir da Lei de Incentivo ao Esporte;
3. Propiciar a confecção dos materiais para os jogos tradicionais;
4. Elaborar carta com o posicionamento contrário a PEC 215-2000;
5. Buscar alternativas para incentivos de emendas parlamentares que atendam a projetos dos povos indígenas;
6. Criar a figura do “Agente indígena do esporte e lazer” que possibilite harmonizar e organizar as atividades em localidade onde haja diferenças internas ou embates/disputas entre lideranças;
7. Ampliar a divulgação das ações intersetoriais e seus respectivos programas sociais junto a comunidade indígena por meio das rádios locais, redes sociais;
8. Utilizar a formação dos programas sociais de esporte e lazer (PELC, PST) para qualificar a sistematização das outras atividades dos povos indígenas e da formação de pessoal da própria comunidade;
9. Implementar ações que permitam que os programas sociais de esporte e lazer possam ser inseridos em territórios que estão em processo de reconhecimento ou em conflito, pois essa ação contribui com o fortalecimento identitário desses povos;
10. Elaborar documento ao Ministério da Justiça de manifesto pela proibição do uso da matéria-prima para comercialização. Se faz necessária a criação de políticas públicas para legalizar a comercialização dos artesanatos indígenas e incentivo para criação e reprodução da fauna e flora para esses fins;
11. Realizar oficinas nas aldeias para trabalhar as manifestações e brincadeiras culturais ofertando alternativas para a utilização da matéria-prima (materiais artificiais/alternativos);
12. Implementar mecanismos de articulação dos diferentes povos indígenas, como: realizar o mapeamento das entidades representativas dos índios e institucionalizar as ações dos mediadores estaduais;

13. Incluir modalidades “esportivas” indígenas nos programas governamentais;
14. Criar um fundo de financiamento do esporte, com um percentual para os povos indígenas;
15. Criar a caravana de recreação de esporte e lazer;
16. Incluir as atividades desportivas na grade curricular das escolas indígenas;
17. Garantir o reconhecimento material e imaterial das práticas dos povos indígenas pelo IPHAN de acordo com a cultura de cada povo;
18. Promover ações que permitam organizar equipes indígenas de esporte regional;
19. Facilitar a execução de campeonatos regionais adequados para práticas esportivas;
20. Definir territórios etnoesportivos e de lazer indígenas;
21. Garantir a tradução em pelo menos uma língua indígena nos instrumentos de divulgação das políticas públicas para os povos indígenas; e
22. Garantir ações de valorização dos idosos dentro dos programas de esporte e lazer indígenas.

EIXO TEMÁTICO3: “Esporte, Lazer, Saúde e Educação”

Iniciativas/ações propostas

1. Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior para formação específica (licenciatura Intercultural) de profissional para trabalhar com as comunidades indígenas;
2. Realizar parceria entre Ministério do Esporte e Funai para criação de comitê indígena com a finalidade de acompanhamento da destinação de recursos financeiros oriundos do ME;
3. Elaborar cartilhas e manuais que possibilitem a melhor informação dos professores indígenas, fomentando as práticas corporais tradicionais, integrando esporte, saúde, educação e alimentação. Investir também na confecção de material audiovisual, que possibilita o registro das práticas corporais lúdicas e a socialização desse material;
4. Constituir Comissão Nacional de Esporte Indígena para se discutir as questões relacionadas ao esporte e as práticas corporais do povo indígena, pensando em um coletivo técnico, de associações e lideranças indígenas, para democratizar melhor as informações nas bases;
5. Viabilizar a contratação dos “educadores” tradicionais, com vistas a promover a relativização da grade curricular;
6. Ampliar a divulgação dos programas do governo federal (Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC, Vida Saudável, Programa Segundo Tempo - PST, Mais Educação, Academia da Saúde, Lei de Incentivo ao Esporte) nas comunidades indígenas;
7. Assessorar os povos indígenas na elaboração de projetos, captação de recurso, processo de execução e prestação de contas;
8. Revisar a quantidade de alunos necessária para a adesão dos povos indígenas ao programa “Mais Educação”, visto que existem escolas indígenas que não possuem o quantitativo mínimo;
9. Desenvolver ações intersetoriais para promover intervenções na escola e na própria comunidade acerca de temas (nutrição, saneamento básico, obesidade, hipertensão, práticas corporais e esportivas) que podem contribuir com a promoção da saúde do povo indígena junto aos órgãos responsáveis pela saúde indígena (SESAI, prefeituras);
10. Capacitar os gestores escolares indígenas para aquisição de alimentação tradicional indígena;

11. Estimular a discussão dos assuntos educacionais indígenas nos Planos Regionais de Educação com vistas a integrar o Plano Nacional de Educação;
12. Assegurar a participação dos atletas indígenas nos campeonatos e inserir mais modalidades esportivas coletivas e individuais nos jogos mundiais e locais;
13. Implementar cursos de qualificação profissional para os próprios povos indígenas, dando a eles legitimidade para cuidar das questões educacionais, esportivas e de saúde dentro das aldeias, com vistas a garantir e fortalecer a cultura, tradição e costume;
14. Criar ações preventivas no âmbito da saúde e educação (físico e psicológico) para os atletas dentro das comunidades;
15. Oportunizar aos portadores de necessidades especiais e pessoas com deficiência a participação ativa nos programas indígenas;
16. Criar mecanismo para promoção de campanhas de incentivo à conscientização da importância dos exames preventivos para os homens e mulheres indígenas;
17. Criar Centros Esportivos Indígenas nas comunidades;
18. Promover ações de plantação de árvores frutíferas dentro das comunidades, junto aos órgãos responsáveis, visando a promoção da saúde;
19. Reconhecer profissionalmente as parteiras e os parceiros tradicionais, garantindo sua remuneração;
20. Garantir recursos financeiros para as escolas indígenas via PDDE;
21. Inserir na grade curricular das escolas indígenas disciplinas voltadas a Legislação e Políticas Públicas;
22. Formar e capacitar monitores indígenas para atuação junto aos programas/projetos de políticas indígenas que exigem o professor de educação física;
23. Possibilitar nas ações do Programa Mais Educação a participação de parteiras e anciões com relação as questões de ordem religiosa, cosmológica, padrões da comunidade para as crianças;
24. Valorizar os pajés e seus conhecimentos para trabalhar conjuntamente nas ações de esporte e saúde;
25. Realizar ações de prevenção de DST/AIDS com palestras, principalmente nos finais de

semana;

26. Estimular o uso dos medicamentos tradicionais, que acabam usando apenas os remédios da cidade. Essa é uma forma de ajudar a saúde indígena;
27. Ampliar a participação das mulheres nos conselhos de saúde, se possível de forma paritária de gênero;
28. Estimular o parto tradicional. É claro que existem aspectos positivos nos outros tipos de parto, mas, este parece mais adequado;
29. Criar fundo para facilitar a compra de medicamentos e realização dos exames;
30. Regulamentar nos estados e os municípios o mais rápido possível o ensino médio nas aldeias indígenas; respeitando as diversidades culturais e étnicas;
31. Dar continuidade as discussões para garantir a implementação do decreto nº 6.109/2009 que versa sobre a criação dos territórios etnoeducacionais;
32. Abrir vagas para o curso de Educação Física para estudantes indígenas através do PROIND nas Universidades Federais;
33. Garantir que no curso de formação e capacitação de AIS e AISAN sejam incluídos temas voltados para práticas e atividades físicas culturais;
34. Criar no Programa Segundo Tempo um núcleo específico para as escolas indígenas;
35. Criar eventos esportivos escolares indígenas nas esferas municipal, estadual e nacional;
36. Desenvolver ações contínuas entre os ministérios do esporte, saúde e educação de combate ao uso abusivo do álcool e outras drogas; e
37. Articular o Ministério do Esporte com o Ministério da Saúde e Educação, estados e municípios, para capacitação de profissionais de saúde que atuam nos DSEI em relação a temática do esporte e lazer, assim como, capacitar profissionais da área da educação (escolar e física) na temática da saúde.

EIXO TEMÁTICO 4: “Esporte de Alto Rendimento e Atletas Indígenas”

Iniciativas/ações propostas

1. Utilizar os conselhos escolares como captadores de recursos para desenvolvimento do esporte;
2. Criar Conselhos Intersetoriais (Educação, Cultura, Saúde e outros) para que participem de discussão e execução quanto ao esporte, cultura e lazer junto aos municípios, estados e união, pensando na sustentabilidade cultural de práticas corporais indígenas;
3. Criar ligas e federações de esporte indígena;
4. Fazer um levantamento do número de indígenas deficientes e possibilitar investimentos no desporto paralímpico;
5. Socializar as minutas e estatutos das federações;
6. Construir Centros de Iniciação ao Esporte em terras indígenas, favorecendo a efetiva participação dos indígenas;
7. Estabelecer uma linha de recurso que ampare e fomente talentos descobertos nas comunidades tradicionais;
8. Possibilitar assessoria técnica do Ministério do Esporte para criação de ligas desportivas, federações e da Confederação Brasileira de Desporto Indígena (CBDI);
9. Apoiar a formalização das regras dos esportes tradicionais dos povos indígenas na criação da CBDI, respeitando o conhecimento do próprio povo em cada modalidade;
10. Criar mecanismos de informação para os atletas indígenas vinculados às universidades participarem dos eventos esportivos da Confederação Brasileira de Desporto Universitário, bem como os atletas indígenas participarem das competições das demais confederações;
11. Estabelecer parcerias com as secretarias municipais, estaduais, instituições de ensino técnico e superior de esporte indígena;
12. Garantir a participação das escolas indígenas nos Jogos Escolares;
13. Realizar os Jogos Escolares Indígenas;
14. Incentivar a produção do conhecimento sobre as práticas esportivas indígenas;
15. Ampliar a estrutura indígena no interior do Ministério do Esporte;
16. Apoiar os atletas indígenas na prática esportiva, com mecanismos específicos nos programas Bolsa Atleta e Lei de Incentivo;
17. Constituir comissão provisória para discutir e aprofundar sobre as leis que regem uma

Confederação, antes de sua constituição;

18. Criar uma comissão de acompanhamento das propostas e documento final do I FOPPELIN;
19. Mobilizar aproximadamente 500 assinaturas de atletas indígenas, de trinta etnias diferentes, para a criação de uma comissão provisória indígena com o objetivo de discutir o desporto indígena;
20. Criar um grupo de apoio para orientar a gestão da carreira dos atletas que se destacam no esporte, por exemplo, caminhos para inserção nos programas de bolsa do Ministério do Esporte; e
21. Realizar cursos de leis esportivas e como elas funcionam para lideranças indígenas.